

HABEAS CORPUS Nº 531.964 - MG (2019/0267788-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : **ROBERTO MACIEL DE SOUZA E OUTROS**
ADVOGADOS : **FREDERICO BRANDÃO MAGALHÃES - MG051007**
 ROBERTO MACIEL DE SOUZA - MG075786
 RENATO MACIEL DE SOUZA - MG161629
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
PACIENTE : **ANDRE FERNANDES SILVA SOUZA (PRESO)**
PACIENTE : **WENDLEY REZENDE AUGUSTO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. GRAVIDADE CONCRETA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA APREENDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

1. Os Pacientes foram presos em flagrante, no dia 03/04/2019, e denunciados pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35, c.c. o art. 40, inciso VI, da Lei n.º 11.343/2006, porque abordados, junto com adolescente, comercializando drogas que guardavam em terreno abandonado, onde foram encontrados "*04 (quatro) invólucros e 09 (nove) papелotes de cocaína, com massa bruta de 510,70g (quinhentos e dez gramas e setenta centigramas)*"

2. Vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal, com o recebimento da denúncia, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.

3. Demonstrada a necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, tendo em vista as circunstâncias do flagrante dos Pacientes, que indicam claramente a prática reiterada da traficância de quantidade considerável de droga.

4. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

5. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

6. Ordem de *habeas corpus* denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora